

IX ENCONTRO DA ABCP

Eleições e Representação Política

**Uma análise exploratória da modalidade de financiamento indireto da política:
verbas repassadas para vereadores durante o mandato de 2009-2012 em
municípios de Santa Catarina**

Jeison Giovani Heiler - UNICAMP

Brasília, DF

04 a 07 de agosto de 2014

**Uma análise exploratória da modalidade de financiamento indireto da política:
verbas repassadas para vereadores durante o mandato de 2009-2012 em
municípios de Santa Catarina**

Jeison Giovani Heiler - UNICAMP

Resumo do trabalho: Este artigo tem por tema o financiamento público indireto para detentores de mandato legislativo municipal. Tem-se por objetivo a análise exploratória dos repasses efetuados a título de proventos salariais aos parlamentares, assessores e verbas destinadas à despesas de gabinete. Ou seja, recursos que podem se prestar à estabelecimento de diferentes níveis de organização partidária. O trabalho adotou como hipóteses: a) Os partidos políticos acessam recursos importantes na modalidade de financiamento público indireto. b) Há relação entre a proporção de financiamento indireto acessado pelos partidos políticos que ocupam vagas no legislativo e os diferentes níveis de estruturação partidária alcançados, e c) há diferenças no padrão de acesso ao financiamento indireto de acordo com o espectro ideológico dos partidos. Metodologicamente realizou-se uma análise exploratória nos dados relativos ao financiamento público indireto das câmaras de vereadores de nove municípios de SC no período de 2000 a 2014, cruzando-se estes dados com informações relativas à organização partidária em diretórios e com a taxa de êxito eleitoral nas eleições proporcionais. Em suma os dados apontam para a existência de quantias significativas repassadas aos parlamentares, mas que diluídas pelo número de eleitores relativizam a importância da crítica algumas vezes dirigida ao vencimentos auferidos por parlamentares e seus assessores. Os achados dão indicativos de alguma relação entre o acesso a recursos públicos indiretos na forma de verba de gabinete e subsídios e diferentes níveis de organização partidária.

Palavras-chave: Financiamento Publico Indireto de Partidos Políticos, Eleições proporcionais municipais, Democracia, Verbas de gabinete, Proventos salariais parlamentares

Uma análise exploratória da modalidade de financiamento indireto da política: verbas repassadas para vereadores durante o mandato de 2009-2012 em municípios de Santa Catarina

Jeison Giovani Heiler - UNICAMP

Introdução

Embora esteja na pauta de discussões da reforma política eleitoral no país o tema de financiamento de campanhas eleitorais ainda apresenta uma série de lacunas. Dentre as quais, a análise das modalidades de financiamento público indireto¹. O presente artigo aborda o financiamento da política com foco nesse tema pouco estudado, qual seja, o financiamento público indireto realizado pelo Estado para detentores de mandato legislativo. Financiamento que é realizado indiretamente por intermédio das verbas repassadas para vereadores durante um mandato no legislativo.

A abordagem aqui empreendida se justifica sob pelo menos duas dimensões: primeiro porque chama a atenção para uma modalidade de financiamento indireto da política, e segundo, porque busca desmistificar aqueles gastos que normalmente são entendidos pelo público como despesas estatais desnecessárias, sem atentar para o fato de que podem se constituir como modalidade de financiamento salutar da democracia na medida em que possibilitam a organização partidária.

No Brasil, os partidos recebem recursos financeiros oriundos do Fundo Partidário – constituído também por dotações orçamentárias da União, segundo o art. 38 da Lei nº 9.096, de 19.09.1995 – que tanto podem ser utilizados nas atividades permanentes, como nas campanhas (art. 44, III da Lei nº 9.096/95).

Igualmente, os partidos podem receber recursos financeiros privados. A fiscalização sobre a movimentação contábil dos partidos é disciplinada, pela Lei nº 9.096/95 e pelas sucessivas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.

Além disso, de acordo com Speck, o modelo de financiamento político em vigor no Brasil prevê o financiamento de partidos políticos a partir das seguintes fontes:

[...] as contribuições dos filiados dos partidos, com valores diferenciados para ocupantes de cargos públicos comissionados; as doações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas; os recursos gerados com atividades econômicas dos partidos; e os subsídios

¹ Speck (2014) aponta como exceções os trabalhos de Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999); Albuquerque, Steibel, Carneiro (2008); Speck e Cervi (2013).

públicos diretos e indiretos. A gestão de recursos dentro do partido inclui também repasses de recursos entre os diferentes diretórios nacionais, estaduais e municipais. (2012, p. 57)

O dinheiro arrecadado pelos partidos políticos destina-se em sua maior parte para o financiamento das campanhas eleitorais, mas estes recursos também destinam-se à organização partidária, formação de comitês, contratação de funcionários e outras despesas correntes relacionadas a própria estrutura partidária.

Acerca das modalidades de financiamento direto e indireto explica Zovatto (2005, p. 302) a diferença reside em que a modalidade de financiamento direto "*combina as contribuições em dinheiro, bônus ou empréstimos*" e o financiamento indireto se dá "*com a concessão de facilidades no que se refere a serviços, infraestrutura, isenções, acesso aos meios de comunicação, entre outros*".

Dentre as modalidades de financiamento indireto este artigo espera inserir uma variável pouco explorada pelos pesquisadores, qual seja, os repasses efetuados a título de proventos salariais aos parlamentares, assessores e verbas destinadas à despesas de gabinete, aí compreendidas, diárias, impressões, telefone, veículos, etc. Ou seja, todos aqueles elementos que auxiliam na atividade parlamentar, mas que também podem se prestar à estabelecimento de diferentes níveis de organização partidária.

As hipóteses deste trabalho residem nas seguintes assertivas: a) Os Partidos políticos no nível municipal acessam recursos importantes na modalidade de financiamento indireto por parte do Estado. b) Há relação entre a proporção de financiamento indireto acessado pelos partidos políticos que ocupam vagas no legislativo e os diferentes níveis de estruturação partidária alcançados, e c) há diferenças no padrão de acesso ao financiamento indireto de acordo com o espectro ideológico dos partidos.

Há pesquisas indicando a existência de uma relação próxima entre níveis de organização partidária e êxito eleitoral. Em recente trabalho Maria do Socorro Souza Braga (BRAGA et al, 2012, p. 29) avaliando a distribuição e organização partidária no espaço geográfico concluiu que "*o investimento na estrutura organizacional foi um recurso utilizado pelas lideranças partidárias*". Em pesquisa no Estado de São Paulo constatou-se a existência de correlações entre a existência de Diretórios e êxito eleitoral no nível local (BIZARRO Neto et al, 2013).

[...] partidos mais bem organizados produzem melhores resultados eleitorais ao nível local. Para além das perspectivas "subjetivas"

tradicionalmente abordadas na literatura, esses testes apontam para condições “objetivas” da capacidade das organizações partidárias darem conta da disputa política ao nível local. (2013, p. 15).

Além disso, os autores notaram a existência de diferenças das importâncias de organização partidária entre partidos de esquerda e direita "*A organização também importa mais para partidos de esquerda que para partidos de direita, ainda que os primeiros, por estarem presentes em menos cidades que os segundos, tendem a estar associados com contextos significativamente mais competitivos*" (BIZARRO Neto et al, 2013, p. 15).

Seria razoável, portanto, supor a existência de relação entre a proporção de financiamento indireto acessado pelos partidos políticos que ocupam vagas no legislativo e os diferentes níveis de estruturação partidária alcançados. Em outras palavras supõe-se que os subsídios repassados aos partidos e candidatos ao longo de uma legislatura favorece a constituição de diretórios e vice-versa, partidos com acesso a estas modalidades de financiamento da política estariam mais organizados em diretórios².

Financiamento público indireto e transparência

O financiamento da política é um assunto central para o desenvolvimento das democracias, não por acaso o financiamento estatal tem ganhado relevância nas novas democracias emergentes (BIEZEN, 2003). O dinheiro é importante porque possibilita a organização partidária e campanhas eleitorais responsáveis por fazer chegar aos cidadãos informações sobre partidos e candidatos concorrentes às instâncias decisórias presentes na democracia (JACOBSON, 1978, BIEZEN, 2003b).

Democracias podem ser afetadas quando o jogo político é ameaçado por uma variedade de maneiras, mas três são de particular importância: disparidades de recursos, o acesso desigual aos meios de comunicação, e o acesso desigual à lei (LEVITSKY, 2010).

A maior dificuldade na busca por respostas a tais questões, contudo, ainda reside na incongruência dos dados apresentados na prestação de contas dos candidatos e partidos políticos. Sabe-se que tais dados na maior parte dos casos não guardam uma relação fiel aos gastos e doações de fato obtidos durante a campanha

² Notar que esta resposta só é possível a partir da legislatura 2009-2012, quando inicia-se a partir da imposição legal da Lei da Transparência que passa a exigir não somente a divulgação, mas a produção e organização sistemática de informações. Portanto a resposta desta questão demanda, necessariamente, a correlação apenas aos resultados da eleição de 2012 e a prévia organização a esta legislatura.

eleitoral³. Em parte, esse fenômeno, vem atrelado à constatação de que muitos candidatos e partidos ainda têm feito campanha à base de compra de votos e outros gastos não permitidos pela legislação.

Passa longe deste debate, contudo, o controle de recursos públicos repassados indiretamente para partidos e candidatos. Recursos que tem também o condão de financiar a atividade político/partidária, e que poderiam, ao menos em tese, amortecer a influência decorrente de recursos obtidos de fontes privadas. Porém, se a dificuldade no caso do financiamento de campanhas é a preocupação sobre a verossimilhança das prestações de contas informadas por partidos e candidatos, na exploração do financiamento indireto, a dificuldade é outra: o acesso público ao montante de recursos públicos de que se valem os políticos durante o exercício do mandato.

A Lei 131/2009 objetivando conferir maior transparência a estes recursos tornou obrigatória a ampla divulgação das finanças públicas por intermédio da criação de portais da transparência. Porém, no que tange aos municípios do estado de Santa Catarina aqui pesquisados, o acesso às informações sobre o montante destes recursos, que deveria estar disponível no portais de transparência, na maioria dos casos, não está.

Abaixo apresentam-se dados iniciais dos municípios pesquisados segundo o número de eleitores, o respectivo percentual do eleitorado no Estado de Santa Catarina, número de vagas para vereador, previsão de recursos específicos a título de verba de gabinete e atendimento à Lei de Transparência.

No que diz respeito à transparência observou-se se as Câmaras de Vereadores dão transparência às seguintes informações: Subsídios de vereadores e assessores,

³O judiciário está bastante atento e combativo no sentido da correta prestação de contas. Em 2008, o Pleno do TRE de SC, julgou recursos eleitorais que versavam sobre ausência de quitação eleitoral, por não-prestação de contas referentes a pleitos passados. “O entendimento expresso pelos juízes com relação à matéria se evidencia nos termos do relator no acórdão de um dos recursos, desembargador Cláudio Barreto Dutra: "A obrigação de prestar contas é prevista no art. 28 da Lei 9.504/1997, e, se elas não são prestadas, não é possível considerar que o candidato cumpriu suas obrigações com a Justiça Eleitoral". Na esteira, dois candidatos não conseguiram provimento a seus recursos e, conseqüentemente, não obtiveram o deferimento de seus registros de candidatura: Ivone Rodrigues da Silva que pretende concorrer a vereador em Lages e Denner Corrêa Barreto, que almeja a vereança em Imaruí. No primeiro caso, a interposição do recurso foi feita pela coligação "Câmara Forte" (PMDB/PRB/PTB/PPS) com a alegação de que os gastos efetuados durante a campanha para as eleições 2004 por Ivone foram de apenas mil reais. Mas, para o relator Cláudio Barreto Dutra: "Não obstante o valor de gastos efetuados, era seu dever prestar contas à Justiça Eleitoral". (Notícia veiculada pelo TRE/SC em 26/08/2008, disponível em <http://www.tre-sc.gov.br/site/noticias/news/noticiuera/arquivo/2008/agosto/artigos/candidatos-nao-conseguem-deferir-candidatura-por-nao-prestacao-de-contas/index.html>, acesso em 01/09/2008.

número efetivo de assessores por gabinete parlamentar, verba de gabinete disponibilizada aos parlamentares, e volume de gastos efetuados por gabinete. Além disso, observaram-se informações sobre composições das legislaturas incluindo-se suplentes que tiveram posse e migrações partidárias.

No balanço geral, apenas um município dispunha de informações completas e disponíveis no portal de transparência para o período pesquisado no que se refere ao financiamento indireto (2009-2012). A capital do estado, e segundo maior colégio eleitoral, por exemplo, embora apresente informações sobre gastos por gabinete, o faz de forma incompleta. Durante a legislatura 2009-2012 houve dados divulgados para apenas 12 meses de exercício. Mesmo consultando-se *in loco* nos arquivos físicos da câmara de vereadores restaram ausentes informações para o último ano de legislatura completo (2012), e alguns meses de 2011 e 2010, o que prejudica, neste quesito, os resultados acumulados para este município.

Tabela 1 - Municípios pesquisados segundo eleitores, número de vagas para vereador e atendimento à Lei de Transparência

Tamanho	Município*	Eleitores	Percentual Eleitorado SC	Número Vereadores	Verba Gabinete	Portal Transparência
Grande	Florianópolis	322.875	6,8	23	Sim	Parcial
	Joinville	369.702	7,8	19	Sim	Não informa
	Blumenau	230.064	4,8	15	Sim	Não informa
Médio	Jaraguá do Sul	106.945	2,2	11	Sim	Completa
	Baln. Camboriú	82.926	1,7	13	Não	Não Informa
	Tubarão	74.427	1,5	17	Não	Não Informa
Pequenos	Navegantes	39.730	0,8	10	Não	Não Informa
	Videira	35.218	0,7	11	Não	Não Informa
	Laguna	32.824	0,7	13	Não	Parcial
TOTAL		1.294.211	27%			

Fonte: Autor com base em dados das Câmaras de Vereadores dos municípios. * Dados referem-se à posição nas eleições de 2012

Volume de recursos repassados aos partidos e candidatos durante uma legislatura

A primeira informação para qualquer espécie de análise que se possa fazer de todas as modalidades de financiamento é o volume de recursos envolvidos. Nesse caso não é demais lembrar que tratam-se de recursos públicos repassados indiretamente para subsidiar a atividade político partidária, razão pela qual desconsideramos as contribuições sociais e tributárias incidentes sobre estes recursos.

A tabela abaixo informa o volume de recursos públicos repassado aos partidos e candidatos de forma indireta nos municípios pesquisados. É importante notar as diferenças existentes entre municípios do mesmo porte. E o valor proporcional do

volume de gastos em relação ao número de eleitores durante o exercício de um mandato de 4 anos.

Tabela 2 - Municípios pesquisados número de assessores, existência de verba de gabinete, Subsídios e média de R\$/Eleitor por mandato

Tamanho	Município	Número de assessores	Verba Gabinete	Subsídios (R\$)	R\$/Eleitor/Mandato
Grande	<i>Florianópolis</i>	De 5 a 10	Sim	16.254.216,4	50,34
	<i>Joinville</i>	Até 13	Sim	24.076.501,06	65,12
	<i>Blumenau</i>	3 a 7	Sim	15709154,62	68,28
Médio	Jaraguá do Sul	2	Sim	7.331.009,7	68,54
	Baln. Camboriú	2 a 4	Não	6.226.906,6	75,08
	Tubarão	0	Não	3.252.996,0	43,70
Pequenos	Navegantes	1	Não	3.163.193,91	79,61
	Videira	0	Não	2.038.505,1	57,88
	Laguna	Até 13	Não	5.909.421,20	180,0
TOTAL				83.961.904,59	Média: 76,50

Fonte: Autor com base em dados das Câmaras de Vereadores dos municípios.

Na rubrica "subsídios" incluíram-se os vencimentos percebidos pelos parlamentares e seus assessores. Nos municípios em que não foi disponibilizada informação real⁴ sobre o número efetivo de assessores por gabinete com os correspondentes vencimentos, considerou-se para apurar os valores apresentados na tabela, os *limites de gastos* nesta rubrica imposto a cada vereador⁵. Nota-se que os subsídios destinados à atividade parlamentar custaram em média R\$ 76,50 por eleitor ao final de um mandato de quatro anos nos municípios pesquisados. Incluindo-se as vencimentos repassados a vereadores e assessores. Ou seja, pouco menos de R\$ 20/ano por eleitor⁶. Utilizando-se a comparação utilizada em estratégias de marketing de algumas empresas, pouco mais do que R\$ 1,50 real mensal de investimento para o eleitor/cidadão. A título de comparação ainda, pode-se lembrar do folclórico valor de R\$ 7,00 por eleitor previsto na proposta de financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais.

⁴ A informação efetiva de gastos com os vencimentos de assessores parlamentares somente foi possível, mesmo sob requerimento escrito e protocolado na presidência de cada uma das casas legislativas, para os municípios de Navegantes, Jaraguá do Sul e Blumenau, mas este último município enviou essas informações quando este relatório já estava concluído.

⁵ Por exemplo, a Câmara de Vereadores do município de Florianópolis, não apresenta esta informação no seu portal de transparência para o período pesquisado. Mas respondeu a ofício solicitando tais informações com Tabelas similares àquela apresentada nos Anexos, nas quais apresenta qual era o valor limite disponível para cada vereador em diferentes combinações de preenchimento de vagas de assessor que estão disponíveis.

⁶ Evidente que estes valores desconsideram as contribuições sociais e obrigações tributárias incidentes sobre os subsídios.

Relação entre financiamento indireto na rubrica gastos de gabinete, estruturação partidária e Ideologia - Resultados para o comparativo entre dois municípios

Um dos supostos deste artigo é o de que o financiamento indireto disponível aos partidos e candidatos ao longo de um mandato tem o condão de organizar a atividade partidária. Para observar se esta hipótese é válida em primeiro plano é necessário verificar se há diferenças no acesso a recursos públicos indiretos entre os partidos. No presente caso esta diferença pode se dar na forma como os parlamentares empregam as verbas de gabinete e no número efetivo de assessores de que se valem em seus mandatos.

Esta verificação diante do acesso limitado aos dados somente restou possível em dois municípios, quais sejam, Jaraguá do Sul, com dados completos no Portal da Transparência e Joinville que disponibilizou os dados mediante requerimento. Comparemos os resultados destes municípios:

Município 1 - Jaraguá do Sul

O município de Jaraguá do Sul com 106.945 mil eleitores é o 9º maior colégio eleitoral do estado de SC. O efetivo repasse de recursos efetuado aos mandatos na rubrica verbas de gabinete, somou ao final de uma legislatura o valor de R\$ 523,4 mil. Os recursos públicos indiretos totais efetivamente repassados aos vereadores considerados gastos de gabinete e subsídios somaram R\$ 7,6 milhões. Não é possível apurar diferenças no emprego dos subsídios, neste caso, posto que todos os partidos dispunham do mesmo número de assessores, neste caso apenas dois. Observa-se que cinco dos nove partidos que ocuparam a câmara de vereadores recebendo subsídios estavam estruturados em diretórios durante a legislatura, mas os diferentes volumes de verba de gabinete despendidos oscilam aparentemente sem qualquer relação com a organização partidária.

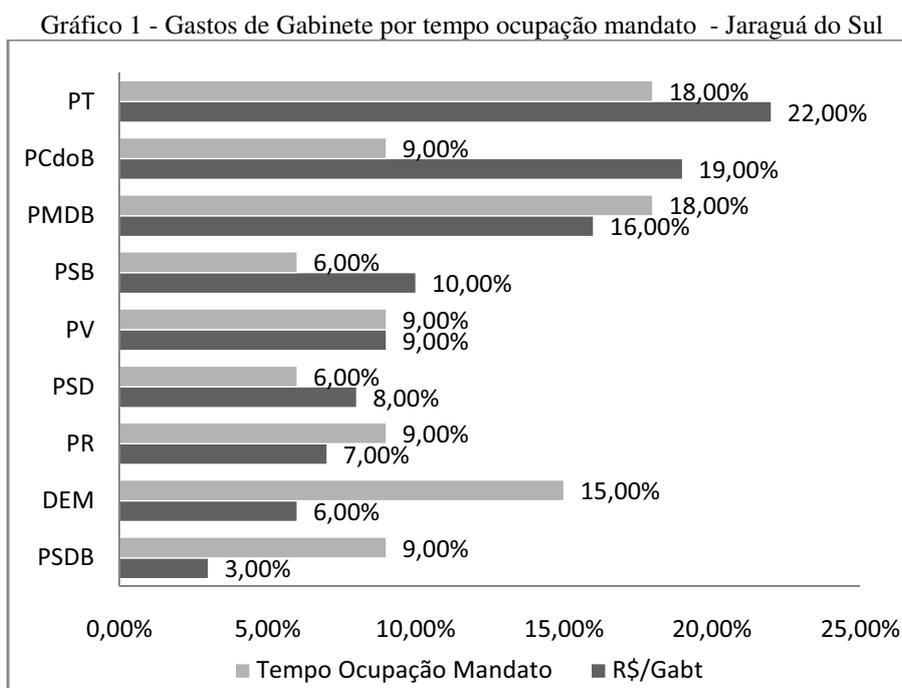
Tabela 3- Partidos segundo uso verba gabinete, subsídios, tempo efetivo de mandato e organização em diretórios 2009-2012 - Jaraguá do Sul

	R\$/GABT	%	SUBSÍDIOS	TEMPO LEGISLATURA %	Legislatura 2005-2008	Legislatura 2009-2012
DEM	R\$ 29.953,25	6%	R\$ 1.126.494,80	15%	Diretório	Diretório
PCdoB	R\$ 101.723,03	19%	R\$ 666.455,43	9%	Comissão	Diretório
PMDB	R\$ 82.051,17	16%	R\$ 1.332.910,86	18%	Diretório	Diretório
PSDB	R\$ 14.702,29	3%	R\$ 666.455,43	9%	Diretório	Diretório
PT	R\$ 114.939,96	22%	R\$ 1.332.910,86	18%	Diretório	Diretório
PR	R\$ 36.346,91	7%	R\$ 666.455,43	9%	Comissão	Comissão
PSB	R\$ 53.692,54	10%	R\$ 460.039,37	6%	Diretório	Comissão*
PSD	R\$ 40.669,95	8%	R\$ 205.490,42	6%	Inexistente	Comissão

PV	R\$ 49.336,80	9%	R\$ 666.455,43	9%	Comissão	Comissão
Total	R\$ 523.415,90	100%	R\$ 7.123.668,04	100%		

Fonte: Autor com base em dados do Portal Transparência da Câmara de Vereadores do município. * Vereadora migrou para o PMDB.

Comparando-se, no gráfico 1, os gastos efetuados por partido em relação ao tempo de exercício do mandato denota-se que PT, PCdoB e PSB foram os partidos proporcionalmente com maiores gastos efetuados.

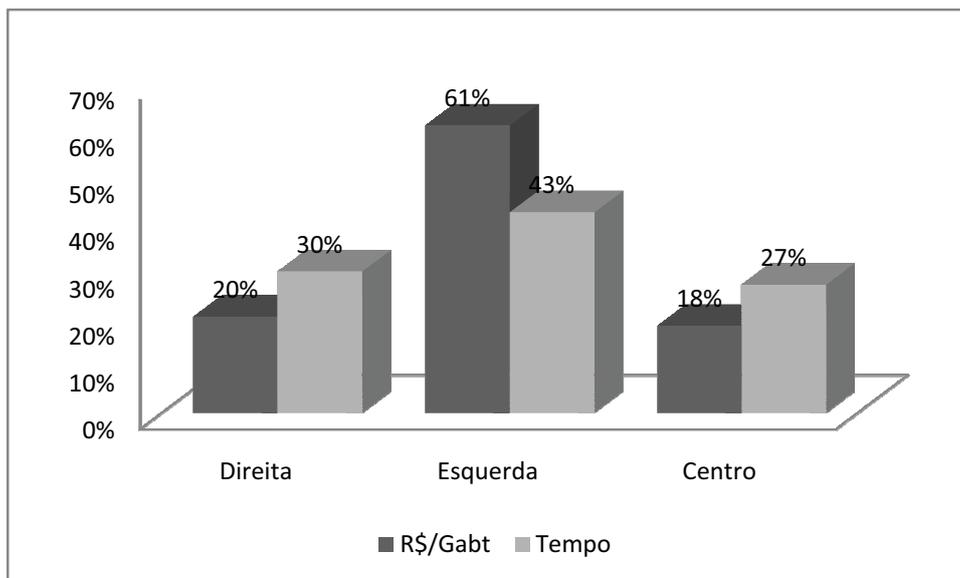


Fonte: Autor com base em dados do Portal Transparência da Câmara de Vereadores do município

Conforme depreende-se do gráfico 2, nesse município os partidos de esquerda responderam por 61% dos recursos utilizados na rubrica de verba de gabinete, ao passo que exerceram apenas 43% de todo o tempo de mandato⁷ na legislatura. De outro lado os partidos de centro e direita ocuparam mais de 50% do tempo de legislatura com metade dos recursos empregados pelos partidos de esquerda.

Gráfico 2 - Gastos de gabinete por tempo de mandato e ideologia - Jaraguá do Sul

⁷ Para aferir-se o tempo de mandato, possibilitando a comparação dos gastos de gabinete por partido e ideologia, calculou-se todo o tempo de exercício de uma legislatura em dias e meses, apurando-se em seguida qual foi o tempo efetivo de exercício de cada partido em relação ao total. No município de Jaraguá do Sul, por exemplo, considerando-se que o mandato tem a duração de 48 meses, e que haviam 11 vereadores em exercício, tem-se o tempo total de legislatura de 528 meses. Se um partido ocupou o mandato por 5 meses, por exemplo, tem-se que exerceu o mandato por 0,95% do tempo da legislatura.



Fonte: Autor com dados do Portal Transparência da Câmara de Vereadores do município.

Município 2 - Joinville

Joinville é o maior colégio eleitoral do estado de SC com 369,7 mil eleitores registrados em 2012 no TSE. Neste município o repasse de verbas de gabinete alcançou a cifra de R\$ 1,9 milhões. Os recursos públicos indiretos totais efetivamente repassados aos vereadores considerados gastos de gabinete e subsídios somaram R\$ 25,9 milhões. Valor que em relação ao número de eleitores é proporcionalmente próximo ao de Jaraguá do Sul. Correspondendo ao valor quadrienal de R\$ 70,3 por eleitor ao passo que no primeiro município esta valor corresponde a R\$ 71,5 por eleitor⁸.

No que diz respeito á organização partidária vislumbra-se que oito dos onze partidos que exerceram mandato com acesso a recursos indiretos estavam organizados em diretórios, mas aqui também os diferentes volumes de verba despendidos oscilam aparentemente sem qualquer relação com a organização em diretórios. Observando-se que dois partidos, o recém criado PSD para o qual migraram dois vereadores durante o mandato e o PDT não estavam organizados em diretórios na legislatura anterior. Tampouco, nenhum partido organizado em diretório na legislatura anterior abandonou esta forma de organização.

Tabela 4 - Partidos segundo uso verba gabinete, subsídios, tempo efetivo de mandato e organização em diretórios 2009-2012 - Joinville

Partido	R\$/gabt	%	Subsídios (r\$)	Tempo legislatura %	Legislatura 2005-2008	Legislatura 2009-2012
---------	----------	---	-----------------	---------------------	-----------------------	-----------------------

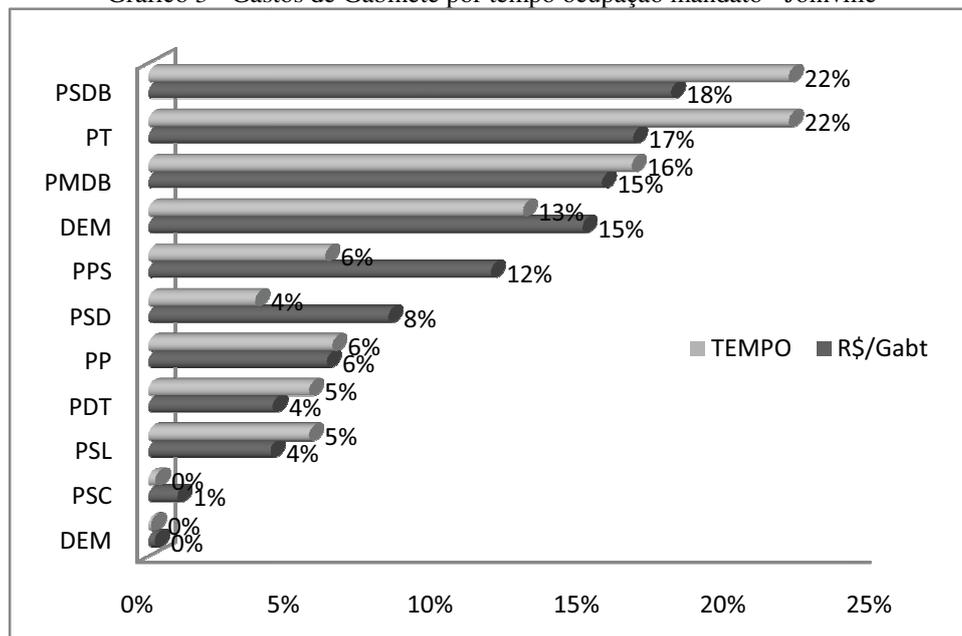
⁸ Valores diferem daqueles apresentados na tabela 2 em virtude de que naquela tabela, em razão de insuficiência de informações sobre emprego de verbas de gabinete para todos os municípios, consideramos apenas os subsídios sem computar os gastos com verba de gabinete.

PT	317.175,18	17%	3.070.135,26	22%	Diretório	Diretório
PSDB	342.000,58	18%	1.314.207,72	22%	Diretório	Diretório
PSD	156.659,76	8%	3.964.719,07	4%	Inexistente	Diretório
PPS	223.920,43	12%	1.504.788,02	6%	Diretório	Diretório
PP	116.382,97	6%	1.446.783,20	6%	Diretório	Diretório
PMDB	296.659,3	15%	22.095,91	16%	Diretório	Diretório
PDT	81.252,21	4%	55.239,78	5%	Comissão	Diretório
DEM	283.994,52	15%	R\$ 870.662,61	13%	Diretório	Diretório
PSL	79703,24	4%	5.256.830,88	5%	Comissão	Comissão
PSC	18630,07	1%	1.314.207,72	0%	Comissão	Comissão
PR	3971,53	0%	5.256.830,88	0%	Comissão	Comissão
TOTAL	1.920.349,79	100%	24.076.501,06	100%		

Fonte: Fonte: Autor com base em informações prestadas pelo gabinete do presidente da Câmara de Vereadores de Joinville e TRE-SC

Observando-se os gastos efetuados por partido em relação ao tempo de exercício do mandato (gráfico 3) denota-se que PSD, PPS e DEM foram os partidos com mais gastos proporcionais. Os dois primeiros partidos gastaram o dobro em relação ao tempo de exercício do mandato. Lembrando-se que o PSD foi constituído como partido durante essa legislatura.

Gráfico 3 - Gastos de Gabinete por tempo ocupação mandato - Joinville

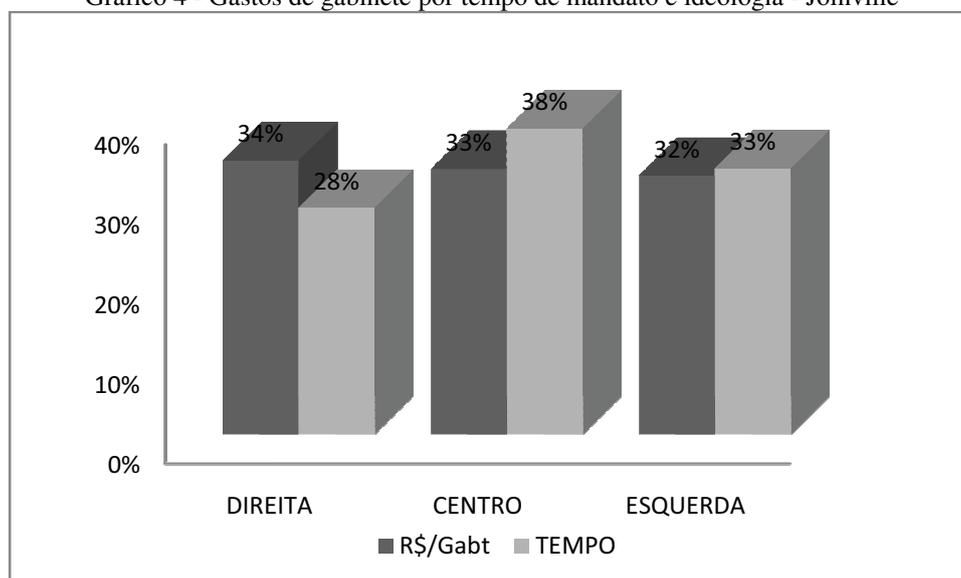


Fonte: Autor com base em informações prestadas pelo gabinete do presidente da Câmara de Vereadores de Joinville.

Considerando o campo ideológico dos partidos no município de Joinville, ao contrário de Jaraguá do Sul, se extrai do gráfico 4 que foram os partidos de direita que proporcionalmente em relação ao tempo de exercício mais despenderam recursos para manutenção dos gabinetes. Tomados os valores de gastos absolutos há uma

situação de equilíbrio com cada campo ideológico respondendo com cerca de 1/3 dos gastos totais.

Gráfico 4 - Gastos de gabinete por tempo de mandato e ideologia - Joinville



Fonte: Autor com base em informações prestadas pelo gabinete do presidente da Câmara de Vereadores de Joinville.

Portanto, na comparação entre os dois municípios observa-se que embora os recursos indiretos disponíveis aos partidos e candidatos não sejam desprezíveis quando considerados à luz do eleitorado abrangido não justificam as críticas de que o mandato parlamentar seja excessivamente oneroso do ponto de vista estritamente financeiro. Contudo, não é possível construir inferências para a relação entre o emprego de verbas de gabinete e organização em diretórios ou sobre possíveis relações entre o campo ideológico e o volume de gastos diante dos resultados contraditórios observados na comparação entre os dois municípios.

Organização partidária, financiamento indireto e resultado eleitoral - resultados para o conjunto da amostra

Na seção anterior apresentou-se os resultados da comparação que empreendeu-se entre os dois únicos municípios que informam as verbas de gabinete efetivamente empregadas. Nesta seção passa-se a analisar os dados no seu conjunto, para os nove municípios pesquisados.

O primeiro passo consiste em responder, se vista de muito perto, a organização partidária em diretórios aumenta a razão de chances de eleição dos partidos políticos? Partindo da hipótese de que partidos organizados em diretórios seriam mais bem estruturados, o que aumentaria suas chances de êxito (BIZARRO,

2013) e que, além disso, a organização em diretórios não somente possibilita a consolidação de um partido em determinada localidade como proporcionam constrangimentos para o desenvolvimento de outros (BRAGA, 2012) . Com vista a testar esta hipótese, correlacionando-a ao financiamento indireto oriundo dos mandatos no legislativo calculou-se a associação entre as duas variáveis: organização partidária (diretório ou comissão) e resultado eleitoral do partido (elegeu, não elegeu vereador). De acordo com (BARBETA, 2001) para este tipo de teste entre variáveis ordinais e nominais, ou somente nominais os coeficientes utilizados mais apropriados são o *coeficiente de contingência* ou o *V de Cramer*⁹ (BARBETA, 2001).

Tabela 5 - Estrutura partidária segundo eleição de vereadores

	Elegeu		Total
	Não	Sim	
DIRETÓRIO	167 74,9%	56 25,1%	223 100,0%
COMISSÃO	288 97,0%	9 3,0%	297 100,0%
Total	455 87,5%	65 12,5%	520 100,0%

Fonte: Autor com base em dados colhidos do TSE e TRE-SC

Neste caso verificou-se que enquanto 25,1% dos partidos organizados em diretórios elegeram seus candidatos apenas 3% dos partidos organizados em comissões lograram êxito nas eleições para vereador. A associação é significativa estatisticamente (*Sig. ,000*) com coeficientes de amplitude moderada, de 0,330 (*V de Cramer*) e 0,314 (*Coef, Contingência*). Portanto, os municípios pesquisados se enquadram do ponto de vista da associação entre organização partidária e resultado eleitoral nos achados da literatura sobre este tema.

Cabe saber se incidindo sobre a estrutura partidária não há a variável do acesso a financiamento indireto (Verbas/Gabinete e Subsídios) aumentando a razão de chances de eleição dos partidos¹⁰. O primeiro passo reside em avaliar se o

⁹ Para mensurar a magnitude das correlações encontradas adotou-se Davis (1976) para quem a correlação compreendida entre 0 a 0,09 é considerada associação desprezível; de 0,10 a 0,29 associação baixa; de 0,30 a 0,49 associação moderada; de 0,50 a 0,69 associação substancial e de 0,70 ou mais: associação forte. De acordo com Davis ainda o grau (ou probabilidade) de significância deverá ser sempre inferior a 0,05 para oferecer segurança estatística que possibilite fazer afirmações para a população a partir dos resultados da amostra.

¹⁰ Não espera-se responder a esta questão aqui. Objetiva-se apenas problematizar estes achados apontando pistas que levem a um trabalho mais robusto que possa ser realizado nessa linha de argumentação.

financiamento indireto acessado por estes parlamentares atua para favorecer a sua eleição ou ampliação de votos.

Os dados da amostra indicam a posição organizativa dos partidos políticos nos nove municípios pesquisados e ao longo de 4 legislaturas (2000-2014). A tabela abaixo apresenta o quadro geral de organização partidária nesse período.

Tabela 6 - Indicadores de organização estrutural dos partidos - 2000-2014

Partido	Diretório	Comissão	Total	% Nacional*	% Sul Brasil**
PSDB	100,0%	0%	25	48,6	57
PT	100,0%	0%	25	79,3	69
PMDB	96,0%	4,0%	25	65,6	94
PP	88,0%	12,0%	25	21,2	61
DEM	83,3%	16,7%	24	24,1	24
PPS	69,2%	30,8%	26	14,5	17
PSD	66,7%	33,3%	9	7,0	9
PTC	64,3%	35,7%	14	2,0	7
PSTU	62,5%	37,5%	8	33,3	7
PSDC	60,0%	40,0%	15	6,0	11
PCdoB	57,9%	42,1%	19	33,2	39
PCB	50,0%	50,0%	2	5,1	-
PTN	41,2%	58,8%	17	1,1	-
PDT	38,5%	61,5%	26	20,0	41
PSOL	33,3%	66,7%	9	22,2	20
PSB	26,9%	73,1%	26	11,4	14
PTdoB	23,5%	76,5%	17	9,9	4
PTB	22,2%	77,8%	27	-	-
PHS	17,4%	82,6%	23	-	12
PMN	14,3%	85,7%	14	2,5	-
PR	7,4%	92,6%	27	0,9	-
PRTB	6,3%	93,8%	16	0,6	2
PSC	5,0%	95,0%	20	1,8	1
PV	0	100,0%	24	1,4	1
PRB	0	100,0%	15	0,2	-
PSL	0	100,0%	17	9,6	2
PRP	0	100,0%	15	3,6	1
PPL	0	100,0%	3	-	3
PST	0	100,0%	2	-	-
Totais	223	298	521		

Fonte: Autor com base em dados do TRE-SC * Porcentagem nacional de diretórios no total de organismos partidários a nível local segundo BRAGA, 2012. ** Percentual organização em diretórios - Sul Brasil segundo BRAGA 2013.

Como se vê, PSDB, PT e PMDB estavam organizados como diretórios em todos os municípios observados e em todas as legislaturas. Comparativamente este quadro de estruturação partidária coincide com os dados da literatura (BRAGA, 2012,

BIZARRO, 2013) no que tange ao PT e ao PMDB que estão organizados majoritariamente em diretórios em todo o território nacional. A organização do PSDB, porém, que em todas as legislaturas observadas esteve organizado como diretório discrepa dos dados de Braga que aponta tal nível de organização em 48% dos municípios em o partido está presente. A mesma diferença se observa, em maior grau, para PP, DEM, PPS e PSD. Cabe saber se a variável financiamento indireto pode auxiliar a compreende-la.

Para tanto num primeiro passo procedeu-se o teste de comparação de médias por intermédio do *teste t de student* com dados do conjunto da amostra. Este teste é adequado para comparar o comportamento de um fenômeno em relação a diferentes grupos, neste caso, partidos organizados ou não em diretórios.

Observando-se os recursos acessados por partidos na rubrica verba de gabinete, constata-se existirem diferenças importantes, e estatisticamente significativas, na média de verba de gabinete despendida por partidos estruturados em comissões provisórias e diretórios, conforme se infere no *output* abaixo. Enquanto partidos organizados em diretórios empregaram a média de R\$ 127 mil, partidos constituídos apenas como comissões provisórias obtiveram a média de R\$ 9 mil de gastos com verbas de gabinete parlamentar

Tabela 7 - Output - Teste *t de student* - Média de verba de gabinete segundo organização partidária

Estrutura Organizacional Partidária		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Verba Gabinete	1 DIRETÓRIO	17	127142,0382	121873,78976	29558,73577
	2 COMISSÃO	24	9293,7925	21802,96766	4450,51214

Independent Samples Test

Verba Gabinete	Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
	F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper
Equal variances assumed	40,729	,000	4,656	39	,000	117848,24574	25308,53612	66656,89952	169039,59195
Equal variances not assumed			3,942	16,728	,001	117848,24574	29891,90390	54703,53977	180992,95170

A mesma diferença se observa quando comparado o volume de recursos acessados na rubrica subsídios por partidos organizados em diretórios ou comissões. Enquanto partidos organizados em diretórios acumularam a média de R\$ 1.4 milhão de recursos, partidos organizados em comissões acessaram em média apenas R\$ 266 mil. O output abaixo detalha os resultados e demonstra a significância estatística do teste.

Tabela 8 - Output - Teste t de student - Média de subsídios segundo organização partidária

Group Statistics					
Estrutura Organizacional		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Subsídios (em R\$)	1 DIRETÓRIO	33	1406897,2368	1343581,43306	233887,50645
	2 COMISSÃO	38	266134,4921	548572,16678	88990,15649

Independent Samples Test									
Subsídios em R\$	Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
	F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper
Equal variances assumed	22,642	,000	4,798	69	,000	1140762,74462	237776,70608	666411,19501	1615114,29424
Equal variances not assumed			4,559	41,189	,000	1140762,74462	250245,10710	635452,97567	1646072,51358

Embora o número geral de casos em que obteve-se acesso ao volume de recursos de que se valeram diferentes os mandatos de diferentes partidos seja bastante diminuto, dificultando-se a realização de testes estatísticos robustos, pode-se valer da amostra obtida para proceder-se alguns ensaios prototípicos. Com esse objetivo esperando responder se o volume de verbas de gabinete que são empregadas afetam em alguma medida o resultado eleitoral subsequente alcançado pelos partidos políticos, realizou-se o cruzamento entre as variáveis votos obtidos por partido político e verbas de gabinete efetivamente empregadas (categorizadas por quartis). Vale notar que esse resultado considera apenas dois municípios com dados de gastos na rubrica *verba de gabinete* disponíveis, quais sejam, Joinville e Jaraguá do Sul.

Tabela 9 - Votação do partido segundo Verbas de Gabinete empregadas (em quartis)

		Votos em quartis				Total
		1 1º quartil	2 2º quartil	3 3º quartil	4 4º quartil	
R\$/Gabt em quartis	1º quartil	6 13,3%	16 35,6%	12 26,7%	11 24,4%	45 100,0%
	2º quartil	0 ,0%	0 ,0%	1 20,0%	4 80,0%	5 100,0%
	3º quartil	1 20,0%	0 ,0%	0 ,0%	4 80,0%	5 100,0%
	4º quartil	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	7 100,0%	7 100,0%
Total		7 11,3%	16 25,8%	13 21,0%	26 41,9%	62 100,0%

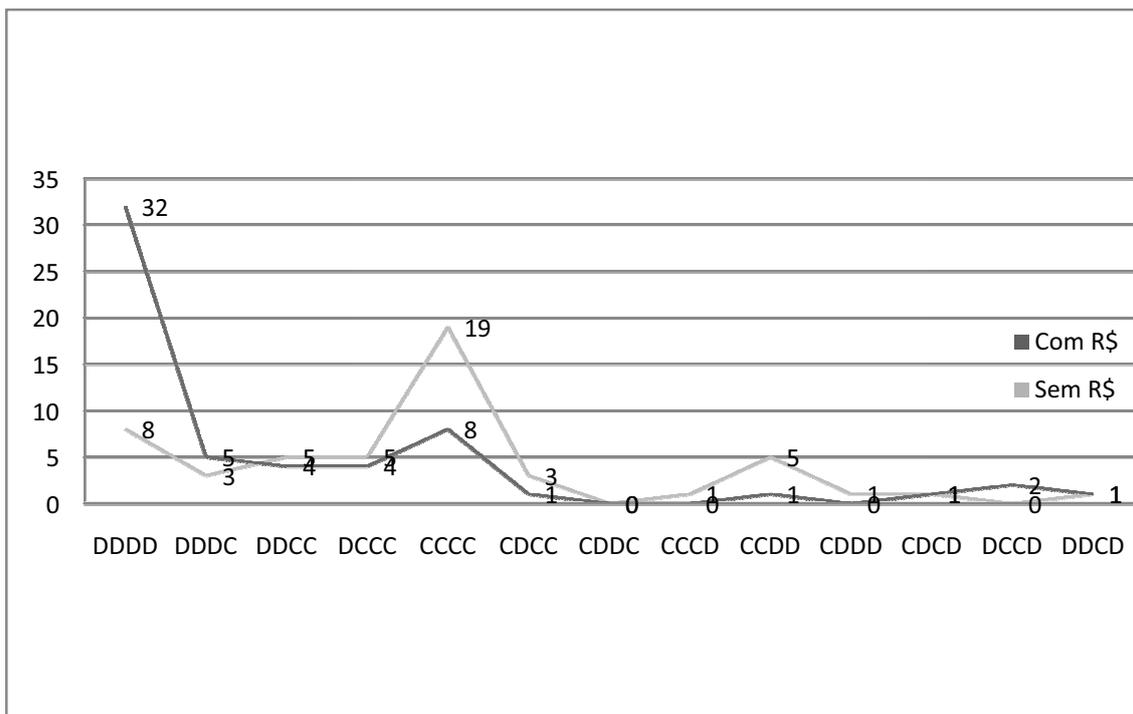
Fonte: Autor com base em dados TRE-SC, TSE e Câmaras de Vereadores

Cabe notar que, apesar do n bastante reduzido, enquanto apenas 24% dos partidos lograram eleger vereador para a legislatura seguinte quando empregaram menos recursos na rubrica gastos de gabinete este percentual sobe para 80% e chega a 100% nos casos de vereadores que utilizaram-se das maiores faixas de recursos disponíveis para os mandatos. O coeficiente adequado para mensurar a magnitude dessa associação, neste caso é o *Pearson* ou *Spearman* (BARBETA, 2001). Apesar do pequeno número de casos a associação mostrou-se estatisticamente significativa ($sig. ,000$) e substancial com coeficientes de $0,458$ e $0,517$, para *Pearson* e *Spearman* respectivamente.

Ainda objetivando apurar possível relação entre a estrutura organizacional e o acesso a financiamento indireto procedeu-se a comparação entre o modo em que estavam organizados os partidos ao longo das quatro legislaturas, comparando-se o resultado quando considerados partidos com e sem qualquer acesso a subsídios repassados para os mandatos¹¹, o resultado é demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 5 - Estrutura Organizacional Partidária x Existência de Acesso a subsídios - Conjunto da amostra.

¹¹ Este exame considera simplesmente se o partido acessou ou não subsídios parlamentares sem fazer comparações entre os valores acessados, desta forma foram incluídos também os partidos que assumiram o mandato com suplentes durante a legislatura 2009-2012.



Fonte: Autor com base em dados do TRE/SC, TSE e Informações obtidas do gabinete do presidência e Portal da transparência das Câmaras de Vereadores dos municípios pesquisados. D - Diretório, C - Comissão. Cada letra corresponde respectivamente à estrutura organizacional efetiva nas legislaturas de 2001-2004, 2005-2008, 2009-2012 e 2013-2016.

Apesar de que a análise seja bastante rudimentar, constata-se que entre os partidos que acessaram subsídios 54% (*n.32*) dos casos estiveram organizados sempre como diretórios (*DDDD*) nas quatro legislaturas entre 2000 a 2014, ao passo que apenas 14% estiveram organizados durante todo este período como comissões provisórias (*CCCC*). Vale notar, por outro lado, que quase 40% (*n. 19*) dos partidos organizados em comissão não acessaram quaisquer subsídios durante todo esse período.

Considerações Finais

O presente artigo abordou o financiamento da política com foco em um tema pouco estudado, qual seja, o financiamento indireto de partidos políticos por intermédio das chamadas verbas de bancada e subsídios, aí incluídos os repasses realizados pelo Estado a partidos detentores de mandato parlamentar por intermédio de proventos salariais aos parlamentares, assessores e verbas destinadas à despesas de gabinete, tais como despesas com diárias, impressões, telefone, veículos, correios, etc. Ou seja, todos aqueles elementos que auxiliam na atividade parlamentar, mas que também podem se prestar à estabelecimento de diferentes níveis de organização partidária.

Apresentou-se brevemente o tema de financiamento de campanhas eleitorais na primeira seção relacionando-o com suas implicações para a democracia, para em seguida discutir as questões relacionadas a transparência de informações, constatando-se que a maioria dos municípios não presta informações nos portais de transparência conforme determina a legislação. Num segundo momento o trabalho discutiu propriamente o financiamento público indireto que, como visto, diante da lacuna de dados deixa espaço enorme para discussão e exploração em outros e mais robustos trabalhos.

Em suma os dados apontam para a existência de quantias significativas repassadas aos parlamentares, mas que diluídas pelo número de eleitores relativizam a importância da crítica algumas vezes dirigida ao vencimentos auferidos por parlamentares e seus assessores. O volume total e que configuraria o financiamento público indireto alcançou para os nove municípios, representativos de 1.297 milhões de eleitores e 27% do eleitorado catarinense a cifra de R\$ 83,9 milhões. Considerado os eleitores em cada município a atividade parlamentar custam em média R\$ 76,50 por eleitor ao final de um mandato de quatro anos nos municípios pesquisados. Incluindo-se as vencimentos repassados a vereadores e assessores. Ou seja, pouco menos de R\$ 20/ano por eleitor¹². Ou, pouco mais do que R\$ 1,50 real mensal de investimento para o eleitor/cidadão, valor pequeno se lembrado o folclórico valor de R\$ 7,00 por eleitor¹³ previsto na proposta de financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais.

Com vistas a apurar as principais hipóteses de pesquisa a) *a possível relação entre a proporção de financiamento indireto acessado pelos partidos políticos que ocupam vagas no legislativo e os diferentes níveis de estruturação partidária alcançados*, e b) *se há diferenças no padrão de acesso ao financiamento indireto de acordo com o espectro ideológico dos partidos*, procedeu-se num primeiro passo a comparação entre os resultados para os dois únicos municípios com informações sobre verbas de gabinete empregadas pelos parlamentares. Neste passo os resultados foram contraditórios. Não se confirmou qualquer relação entre acesso a verbas de gabinete e diferentes níveis de organização partidária. No que diz respeito a relação entre gastos e ideologia, no município 1 verificou-se preponderância de gastos nos partidos de esquerda, que responderam por 61% de toda a verba disponível no município ocupando 43% do tempo total da legislatura. Contudo, no município 2 houve

¹² Evidente que estes valores desconsideram as contribuições sociais e obrigações tributárias incidentes sobre os subsídios.

¹³ Este valor está previsto nos projetos de lei - PL 5281/2009 e PL 5277/2009 - com proposta de financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais que tramitam no Congresso Nacional.

equilíbrio no emprego de verbas de gabinete entre partidos de diferentes campos ideológicos, mas com gastos proporcionais ao tempo maiores nos partidos de direita.

Num segundo passo, exploraram-se as relações entre organização partidária, financiamento indireto e resultado eleitoral com resultados para o conjunto da amostra. Os achados dão indicativos de alguma relação entre o acesso a recursos públicos indiretos na forma de verba de gabinete e subsídios e diferentes níveis de organização partidária. Nos testes de média, verificou-se que partidos organizados em diretórios acessam importâncias maiores de recursos. No conjunto de partidos organizados em diretórios verificaram-se partidos (PSDB, PP, DEM, PPS e PSD) discrepantes do padrão de organização nacional, o que além de refletir disparidades regionais pode estar a refletir o acesso a mandato e recursos indiretos por estes partidos que elegeram 40% dos vereadores totais eleitos no período de três eleições 2004, 2008, 2012.

Para o conjunto da amostra embora os resultados sejam indicativos, ainda que rudimentares, da importância dos recursos públicos indiretos para a organização partidária, não foi possível verificar, diante da ausência de dados suficientes, *se há diferenças no padrão de acesso ao financiamento indireto de acordo com o espectro ideológico dos partidos.*

De forma geral, os dados aqui apresentados não permitem conclusões mesmo que primárias. Trata-se de uma abordagem meramente exploratória, e que poderá servir de base para trabalhos futuros.

Finalmente, Maria do Socorro Souza Braga já concluíra que *"a influência nos resultados eleitorais da maior abrangência de filiados e diretórios permanece nebulosa. Trata-se de um problema que deve ser pensado para que as duas arenas (a organizacional e a eleitoral) possam ser vistas de maneira mais integrada"* (BRAGA, et al, 2012, p. 29). A partir dos resultados, mesmo que rudimentares aqui observados, é preciso considerar que partidos podem se organizar em diretórios a partir do momento em que vencem eleições dado o acesso a financiamento indireto. Na verdade, embora seja difícil responder se partidos se organizam porque vencem eleições ou vencem eleições e se organizam, com todas as implicações nela contidas, importante é saber que o financiamento público indireto pode ser uma variável que não pode ser descartada na resposta a tais questões.

Sugerimos que dados como os apresentados de forma absolutamente sumária neste trabalho, não sejam desconsiderados na reforma política, com objetivo de discutir-se a importância dessa modalidade de financiamento público indireto para a atividade parlamentar, partidária e, por conseguinte, para a democracia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIEZEN, Ingrid Van. **Political Parties in New Democracies**. Party Organization in Southern and East-Central Europe. New York: Palgrave Macmillan. 2003.
- BIZZARO NETO, Fernando; (et al). E nas municipais, organização faz diferença? Estruturas partidárias, filiados e voto nas eleições de 2012. **III Fórum Brasileiro de Pós Graduação em Ciência Política**. 2013.
- BRAGA, Maria do Socorro Souza; PIMENTEL Jr, Jairo. Estrutura e organização partidária 13 municipal nas eleições de 2012, In *Cadernos Adenauer XIV (2013)*, nº 2 Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho 2013
- BRAGA, Maria do Socorro Souza; (et al). Organização, território e sistema partidário: Difusão territorial da organização partidária e seus impactos sobre o sistema partidário no Brasil brasileiro. **VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Gramado 1 a 4 de agosto de 2012.
- CASSEB, Paulo Adib. Financiamento público de campanha. In: **Reforma Política: uma visão prática**. Alberto Rollo [et al] São Paulo: Iglu, 2007, pp. 55- 70.
- FLEISCHER, David. Além do Collorgate: perspectivas da consolidação democrática no Brasil via reformas políticas. In: **Corrupção e reforma política no Brasil: O impacto do impeachment de Collor**. Organizadores: Keith S. Rosenn e Richard Downes; tradução Roberto Grey – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, pp. 81-110.
- JACOBSON, Gary C. The Effects of Campaign Spending in Congressional Election. **The American Political Science Review**, Vol. 72, No. 2, (Jun., 1978), pp. 469-491.
- LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. Why democracy needs a level playing field. *In: Journal of Democracy*, Volume 21, Number 1, January 2010, p. 57 - 68.
- NICOLAU, Jairo. Seminário Reforma Política. São Paulo, 2002. In BENEVIDES, Maria Victória. KERCHE, Fabio. VANNUCHI, Paulo. **Reforma Política e Cidadania**. 1. Ed.
- SAMUELS, David. Financiamento de Campanha e Eleições no Brasil: O que podemos aprender com o “caixa um” e propostas de reforma. In: **Reforma Política e Cidadania**. Organizadores: Maria Victória Benevides, Fábio Kerche, Paulo Vannuchi – 1. ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, pp. 364- 391.
- SPECK, Bruno Wilhelm. Mensurando a Corrupção: Uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas. In: **Cadernos Adenauer. Os Custos da Corrupção**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Dezembro 2000, p . 9-46.
- SPECK, Bruno Wilhelm. **O financiamento Político e a Corrupção no Brasil**. 2012
- ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise Comparada. **Opinião Pública**. vol.11 no.2 Campinas Oct, 2005.

ANEXOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

TABELA - I

OPÇÕES	ASSESSORIAS PARLAMENTARES NÍVEIS:										Nº Asses	SOMA DOS CARGOS
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Base Salarial	4.141,58	3.012,04	2.259,04	1.882,49	1.303,62	1.506,01	1.255,01	1.004,01	752,99	600,00		
OPÇÃO A	1 4.402,50	1 3.201,80	1 2.401,36		1 1.385,75						1 637,80	5 12.029,21
OPÇÃO B		3 3.201,80			1 1.385,75						1 637,80	5 11.628,94
OPÇÃO C	1 4.402,50			2 2.001,09	1 1.385,75		1 1.334,08				1 637,80	6 11.762,30
OPÇÃO D	1 4.402,50		1 2.401,36		1 1.385,75	1 1.600,89	1 1.334,08				1 637,80	6 11.762,37
OPÇÃO E	1 4.402,50	1 3.201,80			1 1.385,75	1 1.600,89			1 800,43		1 637,80	6 12.029,16
OPÇÃO F		1 3.201,80		1 2.001,09	1 1.385,75	3 1.600,89					1 637,80	7 12.029,10
OPÇÃO G		1 3.201,80		1 2.001,09	1 1.385,75	3 1.600,89					1 637,80	7 12.029,10
OPÇÃO H			2 2.401,36	2 2.001,09	1 1.385,75			1 1.067,26			1 637,80	7 11.895,70
OPÇÃO I	1 4.402,50	1 3.201,80			1 1.385,75				3 800,43		1 637,80	7 12.029,13
OPÇÃO J		2 3.201,80			1 1.385,75		2 1.334,08		1 800,43		1 637,80	7 11.895,72
OPÇÃO K		2 3.201,80			1 1.385,75		1 1.334,08	2 1.067,26			1 637,80	7 11.895,75
OPÇÃO L		2 3.201,80			1 1.385,75		4 1.334,08				1 637,80	7 11.762,35
OPÇÃO M	1 4.402,50			1 2.001,09	1 1.385,75			1 1.067,26	3 800,43		1 637,80	8 11.895,68
OPÇÃO N	1 4.402,50			1 2.001,09	1 1.385,75						1 637,80	8 11.762,30
OPÇÃO O			1 2.401,36	2 2.001,09	1 1.385,75		4 1.334,08				1 637,80	8 11.762,30
OPÇÃO P				3 2.001,09	1 1.385,75	1 1.600,89	1 1.334,08		1 800,43		1 637,80	8 11.895,59
OPÇÃO Q				4 2.001,09	1 1.385,75			1 1.067,26	1 800,43		1 637,80	8 11.895,59
OPÇÃO R	1 4.402,50				1 1.385,75		3 1.334,08		2 800,43		1 637,80	8 12.029,13
OPÇÃO S	1 4.402,50				1 1.385,75	1 1.600,89	1 1.334,08		3 800,43		1 637,80	8 11.762,30
OPÇÃO T		1 3.201,80	1 2.401,36		1 1.385,75	1 1.600,89	1 1.334,08	2 1.067,26	1 800,43		1 637,80	8 11.895,74
OPÇÃO U			1 2.401,36		1 1.385,75	4 1.600,89		1 1.067,26			1 637,80	8 11.895,72
OPÇÃO V		1 3.201,80			1 1.385,75		5 1.334,08				1 637,80	8 11.895,72
OPÇÃO W					1 1.385,75		1 1.334,08		5 800,43		1 637,80	9 11.762,27
OPÇÃO X	1 4.402,50				1 1.385,75			1 1.067,26	4 800,43		1 637,80	9 11.895,68
OPÇÃO Y		1 3.201,80	1 2.401,36		1 1.385,75			1 1.067,26	4 800,43		1 637,80	9 11.895,68
OPÇÃO Z				2 2.001,09	1 1.385,75	2 1.600,89	2 1.334,08	1 1.067,26	1 800,43		1 637,80	9 11.762,25
OPÇÃO AA				1 2.001,09	1 1.385,75	2 1.600,89		2 1.067,26	3 800,43		1 637,80	10 11.762,22
OPÇÃO AB				1 2.001,09	1 1.385,75		4 1.334,08	1 1.067,26	2 800,43		1 637,80	10 12.029,06
OPÇÃO AC				2 2.001,09	1 1.385,75		2 1.334,08		4 800,43		1 637,80	10 11.895,59
OPÇÃO AD			1 2.401,36		1 1.385,75		2 1.334,08	3 1.067,26	2 800,43		1 637,80	10 11.895,70
OPÇÃO AE		1 3.201,80			1 1.385,75		2 1.334,08		5 800,43		1 637,80	10 11.895,64
OPÇÃO AF					1 1.385,75	1 1.600,89	4 1.334,08	2 1.067,26	1 800,43		1 637,80	10 11.895,69
OPÇÃO AG					1 1.385,75	3 1.600,89		4 1.067,26	1 800,43		1 637,80	10 11.895,69
OPÇÃO AH			1 2.401,36	1 2.001,09	1 1.385,75	1 1.600,89			5 800,43		1 637,80	10 12.029,02

Tabela - Partidos segundo vereadores eleitos por eleições

Partido	Eleição 2004	Eleição 2008	Eleição 2012	Total	Percentual
PMDB	8	8	8	24	12%
PP	7	7	8	22	11%
PSDB	8	7	7	22	11%
PT	7	6	7	20	10%
DEM	7	7	4	18	9%
PDT	4	6	5	15	7%
PR	2	4	5	11	5%
PSD		2	8	10	5%
PPS	2	3	4	9	4%
PTB	3	3	1	7	3%
PCdoB	1	2	2	5	2%
PSB		3	2	5	2%
PSL	1	2	1	4	2%
PSC		1	2	3	1%
PSDC		1	2	3	1%
PV		1	2	3	1%
PCB		1	1	2	1%
PHS		1	1	2	1%
PMN		1	1	2	1%
PPL		1	1	2	1%
PRB		1	1	2	1%

PRP		1	1	2	1%
PRTB		1	1	2	1%
PSOL		1	1	2	1%
PSTU		1	1	2	1%
PTC		1	1	2	1%
PTdoB		1	1	2	1%
PTN		1	1	2	1%
Total	50	75	80	205	100%